

SÉRIE DIÁRIO DOCUMENTO 2025

FASCÍCULO

5

FOTO: RAPHAEL LUZ / AG. PARÁ

Sustentabilidade

O LEGADO DA COP30

A conferência da ONU em Belém projeta o Brasil e a Amazônia no centro do debate global sobre mudanças climáticas e sustentabilidade, discutindo estratégias que conciliem crescimento econômico e preservação ambiental.

Oferecimento:



COP30 marca nova era da agenda climática global

A 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), marcada para acontecer em Belém, de 10 a 21 de novembro, chega em um momento simbólico: os dez anos do Acordo de Paris. Para a presidência brasileira da conferência, o encontro terá caráter decisivo, pois dará início a uma nova fase da agenda climática mundial — a da implementação acelerada das medidas já aprovadas para manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5 °C.

Segundo a CEO da COP30, Ana Toni, a expectativa é que o senso de urgência seja o fio condutor das negociações e também das ações que antecedem a conferência. “Nesta última década, nós encerramos o ‘livro de regras’ do Acordo de Paris, e a COP30 inicia uma nova década de conferências, com foco na aceleração da implementação e do balanço geral feito na COP28, com decisões importantes, e agora precisamos acelerar as ações de implementação que já estão em curso para alcançar a meta de 1,5 °C”, pontuou. “A implementação já está em curso, mas precisamos ganhar escala e responder à emergência climática com a velocidade necessária”.

Ao longo do período de preparação para a COP30, a presidência brasileira da conferência vem publicando os documentos que têm como papel comunicar à comunidade internacional as principais mensagens da Presidência da COP30, as chamadas “Cartas da Presidência”. Nestes documentos, especialmente na sexta edição, o Presidente Designado da COP30, André Corrêa do Lago, fez um chamado para as ações que devem se de-



Ana Toni, CEO da COP30

FOTO: UN CLIMATE CHANGE / LARA MURILLO

linear até a abertura da COP, deixando clara a estratégia de atuação adotada pela presidência brasileira da conferência.

Entre os temas destacados pela carta e que devem nortear a atuação do Brasil estão a necessidade de dar uma resposta à insuficiência das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas). “Longe de representar meras metas climáticas para 2035, nossas NDCs representam a visão de nosso futuro comum. Elas são veículos de cooperação que nos permitem realizar essa visão juntos. Se a imagem apresentada pelo conjunto de

nossas NDCs se revelar decepcionante, é nossa responsabilidade coletiva convertê-la em um quadro que assegure um planeta habitável, proteja todas as economias e melhore os padrões de vida e as oportunidades para todos os povos e para todas as gerações”, disse, ao chamar a atenção para a necessidade das partes apresentarem seus compromissos antes no início da COP30. “Ao cruzarmos a marca dos 100 dias antes da COP30, cerca de quatro quintos (4/5) dos membros do Acordo de Paris ainda não apresentaram novas NDCs para 2035. As

EXPEDIENTE - Presidente do Grupo RBA: Camilo Centeno

Diretor de Redação: Clayton Matos Editor responsável: Carlos Eduardo Vilaa

Textos: Cintia Magno Diagrama: João Bras lia

Sustentabilidade

Partes sabem como é importante que a UNFCCC receba as NDCs a tempo de serem refletidas no relatório de síntese. Nenhuma ação é demonstração mais forte de compromisso com o multilateralismo e com o regime climático do que as NDCs que nossos países apresentam como determinação nacional de contribuir para o Acordo de Paris”.

Entre as organizações da sociedade civil que acompa-



André Corrêa do Lago, presidente designado da COP30.

FOTO: FABIO RODRIGUES POZZEBOM /AGÊNCIA BRASIL

nam a agenda climática, a sexta carta da Presidência brasileira da COP30 repercutiu positivamente. Em reação ao documento, o Observatório do Clima avaliou que “Corrêa do Lago acerta ao focar a carta na resposta às NDCs, um item que determinará como Belém será julgada – se sucesso ou fracasso”, reforçando que as Contribuições Nacionalmente Determinadas são o coração do Acordo de Paris. “As metas hoje sobre a mesa, que valem até 2030, levariam o planeta a um aquecimento de 2,7°C – quase o dobro do limite de 1,5°C acordado pe-

los países como objetivo de estabilização climática a perseguir. Segundo a ciência, as metas precisariam levar a uma redução de 43% nas emissões do planeta até 2030, mas hoje, tal qual estão propostas, elas podem até mesmo levar a um discreto aumento na poluição climática”.

“

Diante de um cenário de incerteza sistêmica, em que a urgência climática interage com desafios geopolíticos e socioeconômicos cada vez mais complexos, uma tendência é certa: a transição climática em curso é irreversível.”

André Corrêa do Lago

Mobilização do setor privado e a aposta em soluções ansformadoras

Mais recente documento publicado pela presidência, a sétima carta faz um chamado ao avanço do que classificam como Mutirão Global contra a mudança do clima. A sétima carta direcionada à comunidade internacional é direcionada às empresas e ao setor privado, forças apontadas como essenciais para atender a três prioridades estabelecidas pela Presidência brasileira para a COP30: reforçar o multilateralismo e o regime de mudança do clima no âmbito da UNFCCC; conectar o regime de mudança do clima à vida real das pessoas; e acelerar a implementação do Acordo de Paris. “Diante de um cenário de incerteza sistêmica, em que a urgência climática

interage com desafios geopolíticos e socioeconômicos cada vez mais complexos, uma tendência é certa: a transição climática em curso é irreversível”, reforça André Corrêa do Lago no documento. Destacando, mais uma vez, o chamado para que os países membros submetam, neste mês de setembro, suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) para 2035, de forma que possam ser refletidas no Relatório de Síntese das NDCs de 2025, o documento pontua os esforços empenhados pela Presidência da COP30 para garantir que as metas climáticas conectem as negociações à implementação prática, orientando o desenvolvimento e previsibilidade para o setor privado. “O momento

de agir com urgência é agora. O setor privado já acelerou a transição de maneiras significativas, mas agora precisa avançar ainda mais, aumentando seu engajamento para tornar essa transformação uma realidade exponencial”, destaca o Presidente da COP. “Apoiado em três décadas de cooperação global, este momento sinaliza não apenas um marco diplomático, mas também uma oportunidade decisiva para os negócios. Com base nas COPs anteriores e no crescente envolvimento do setor privado, acredito que a COP30 pode se tornar a maior plataforma mundial de soluções climáticas transformadoras, onde empresas — em conjunto com outros atores — poderão moldar a futura economia global”.

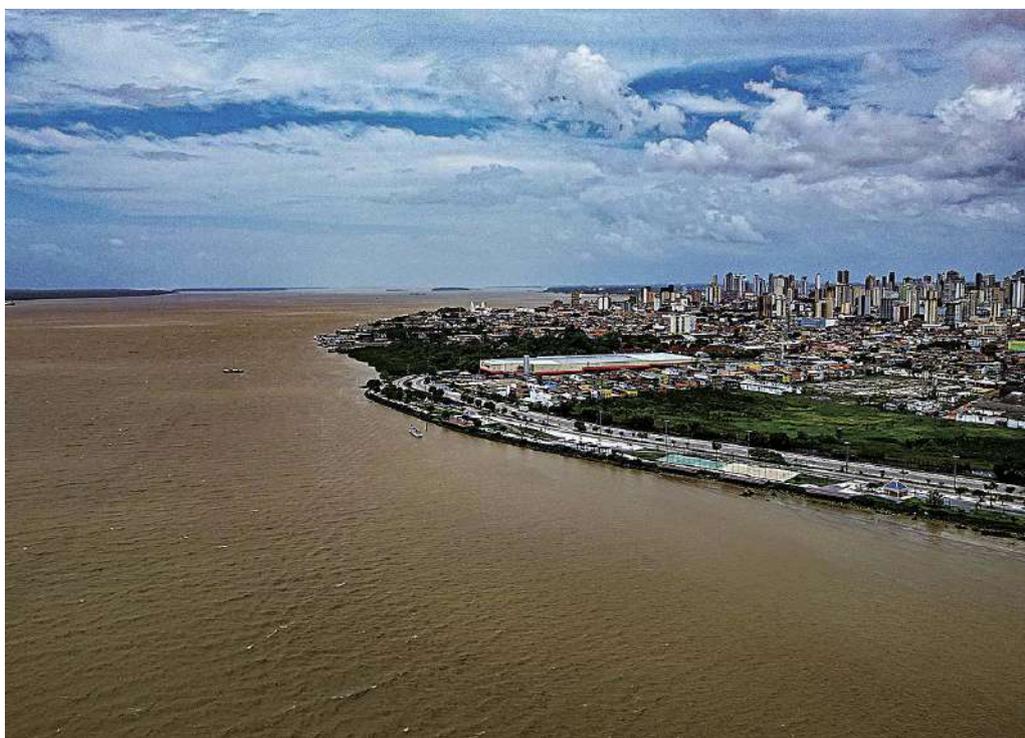
Contagem regressiva: as metas para a COP30

Desde que a capital paraense foi anunciada como sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), as expectativas em relação à conferência do clima são grandes não apenas porque será a primeira vez que as negociações ocorrerão na Amazônia brasileira, mas também porque a conferência de 2025 prevê uma série de decisões importantes para se conter o avanço do aquecimento global.

Entre elas estão as entregas das NDCs (Nationally Determined Contribution, em inglês), que são as contribuições nacionalmente determinadas, ou seja, as metas com as quais cada país se compromete para frear a crise climática, com metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa. Seguindo o que está previsto no Acordo de Paris, a cada cinco anos os países precisam renovar as suas metas a nível nacional com as quais estão comprometidos para diminuir suas emissões de gases de efeito estufa. E a cada submissão dos países de suas metas (NDCs) a ambição precisa ser maior do que a anterior.

E a COP30 é o momento em que, justamente, os países signatários já terão que ter submetido suas NDCs. Apesar da expectativa por um aumento considerável da ambição, tais metas são voluntárias, portanto, pode ser que elas ainda fiquem aquém do necessário em termos de ação climática.

Buscando liderar pelo exemplo, enquanto sede da COP30, o Brasil se adiantou e foi o segundo país a anunciar a sua nova meta climática, antes mesmo do início da COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, em novembro de 2024. Na



Com a maioria dos países atrasada na entrega das metas, conferência em Belém será teste de ambição e liderança climática FOTO: RAPHAEL LUZ-AG.PARÁ

nova NDC, o Brasil se compromete a reduzir suas emissões líquidas de gases de efeito estufa de 59% a 67% em 2035, em comparação aos níveis de 2005.

Destacando que as NDCs são a espinha dorsal do Acordo de Paris, a Especialista Sênior em Políticas Climáticas da The Nature Conservancy (TNC), Beatriz Granziera, lembra que 2025 marca o 10º aniversário do acordo, além de ser o ano em que os países devem submeter as suas novas NDCs com metas que seguirão até 2035. O prazo original para essas submissões era fevereiro deste ano, mas

foi estendido e, agora, o novo prazo é setembro de 2025. “Até agora, apenas uma parte muito pequena dos países submeteu suas novas NDCs”, pontuou, ao citar uma consulta feita ao site da ONU no último 10 de setembro. “Tivemos um total de 33 países submetendo o que estamos chamando de versão 3.0 de suas NDCs. Isso significa que 80% dos países ainda não atualizaram seus planos climáticos. E isso é algo sério, porque estamos muito, muito próximos da COP”.

Entre as razões que levam a este cenário, Beatriz destaca que a última rodada

Sustentabilidade

de NDCs, que deveriam ter sido realizadas em 2020, precisou ser adiada em um ano em decorrência da Pandemia da COVID-19, fazendo com que os países tivessem quatro anos para preparar suas novas metas, ao invés dos cinco anos previstos pelo Acordo de Paris. Em segundo lugar, a especialista pontua as tensões geopolíticas e conflitos que afetam a capacidade dos países de assumir compromissos climáticos. E, em terceiro, as limitações de capacidade enfrentadas por muitos países.

“Mas mesmo com as poucas NDCs que vimos até agora, já começamos a notar algumas tendências. Uma das mais importantes é que muitas das novas NDCs incluem metas de toda a economia. Essas são metas que abrangem todos os setores — uso da terra, transporte, energia, resíduos — e isso foi algo fortemente encorajado pelo Balanço Global que ocorreu em 2023 na COP28”, destacou Beatriz, ao pontuar outra nota positiva observada até então. “Há uma ênfase crescente na adaptação — especialmente em áreas como alimentos, água, saúde e soluções baseadas na natureza. O que estamos vendo ao longo dos anos é que, a cada nova submissão de NDC, mais e mais países estão incluindo soluções baseadas na natureza como um pilar fundamental de suas NDCs — não apenas para mitigação, mas também para adaptação. Essa é uma tendência realmente encorajadora”.

A diretora do Departamento de Políticas de Mitigação e Instrumentos de Implementação do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), Lidiane Melo, avalia que as NDCs são uma oportunidade de conectar os desafios da mudança do clima com o desenvolvimento econômico e social. “Se forem bem desenhadas, elas têm o potencial de gerar empregos, reduzir desigualdade, fomentar inovação tecnológica, fortalecer setores estratégicos e expandir iniciativas em energia renovável, mobilidade e até mesmo bioeconomia”, aponta. “Para isso, as soluções baseadas na natureza devem ser consideradas dentro da estratégia de cada país, adaptadas ao seu contexto nacional. Proteger florestas, restaurar manguezais, promover práticas regenerativas e apoiar cidades e comunidades — todos esses são elementos essenciais de uma agenda robusta de ação

climática. E isso deve ser feito com seriedade e com força, porque os desafios que enfrentamos assim o exigem”.

Dentro desta perspectiva, a representante do MMA reforçou a posição do Brasil neste cenário. “O Brasil anunciou sua NDC atualizada em novembro de 2024.

O compromisso é ambicioso: estabelece uma meta de reduzir as emissões líquidas de

gases de efeito estufa entre 59% e 67% até 2035, em comparação com a linha de base de 2005. Em termos absolutos, isso significa reduzir as emissões de 1 bilhão de toneladas para 850 milhões de toneladas até 2035”, lembrou. “Essa nova NDC inclui um valor médio que leva em conta variáveis nas projeções de cenários futuros e reconhece que a implementação será influenciada tanto por fatores nacionais quanto globais. Ainda assim, a ambição do Brasil é alcançar o limite superior dessa redução — 67% — abrangendo todos os setores da economia. Isso está totalmente alinhado com a meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C”.

Beatriz Granziera,
especialista em Políticas
Climáticas

- FOTO: IISDENB / ANASTASIA
RODOPOULOU



PARA ENTENDER

PLANO CLIMÁTICO NACIONAL

- Como o olhar voltado para o futuro, Lidiane afirmou que o Brasil está comprometido em alcançar a neutralidade climática até 2050, por meio de reflorestamento, sequestro de carbono e outras medidas. Para isso, ela lembra que foi desenvolvido um plano climático nacional. “Em 2023, o Brasil começou a organizar eixos temáticos para guiar a resposta climática do país até 2035. O plano climático 2024–2035 é um instrumento nacional de planejamento de 10 anos que reúne diretrizes, metas e ações para reduzir emissões e enfrentar os impactos climáticos em curso. Ele funciona como um guarda-chuva que conecta políticas públicas em energia, transporte, agricultura, uso da terra, florestas e cidades — garantindo que o desenvolvimento do Brasil esteja alinhado com a transição climática”.
- Ela destacou, ainda, que o plano será revisado a cada quatro anos, permitindo ajustes e melhorias conforme a necessidade identificada e lembrou que o plano se apoia em dois pilares principais: mitigação e adaptação.

“Para mitigação, temos uma estratégia nacional ancorada em vários planos setoriais: energia, uso da terra, florestas, agronegócio, transporte, resíduos e cidades e mobilidade urbana. Para adaptação, temos 16 planos setoriais vinculados à estratégia nacional de adaptação. Estes incluem agricultura, pecuária, biodiversidade, cidades, mobilidade urbana, gestão de riscos, igualdade racial, comunidades indígenas e tradicionais, recursos hídricos, saúde, segurança alimentar, oceanos, zonas costeiras e turismo”.

- Beatriz Granziera e Lidiane Melo falaram a jornalistas do Brasil e de outros países durante webinar promovido pelo programa ‘Belém Desk’ - uma iniciativa do Instituto Clima e Sociedade (ICS) e da Nature4Climate, em parceria com a The Nature Conservancy (TNC) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em apoio à cobertura da COP30, a plataforma reúne um grupo internacional de jornalistas de mais de 80 veículos de comunicação, incluindo o DIÁRIO.

Belém se reinventa: obras conectam cidade e floresta



NOVA TAMANDARÉ

FOTO: ALEXANDRE COSTA / AG. PARÁ

A realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30) em Belém, de 10 a 21 de novembro de 2025, colocou o Pará e a Amazônia no foco das atenções mundiais. Além de evidenciar a relevância da região nos debates climáticos, o evento impulsiona um conjunto de intervenções urbanas que prometem deixar um legado duradouro para a capital paraense.

Embora concebidas para atender às demandas logísticas da conferência, as

obras têm potencial de enfrentar problemas históricos da cidade, especialmente em áreas como saneamento, mobilidade, turismo e conectividade. Diversos projetos seguem em ritmo acelerado.

PARQUE DA CIDADE: PALCO DA CONFERÊNCIA

Erguido no terreno do antigo Aeroporto Brigadeiro Protásio, no bairro da Sacramento, o Parque da Cidade será o principal espaço da COP30. O local vai abrigar tanto a Blue Zone, destinada às negociações oficiais, quanto a Green Zone, voltada a atividades paralelas.

Aberta ao público em junho, a área de lazer já oferece 14 ambientes para esporte e recreação, além de abrigar 500 árvores e 190 mil espécies ornamentais distribuídas em 83 mil m² de gramado. Paralelamente, avançam as obras da estrutura temporária que receberá plenárias, salas de imprensa e pavilhões de países. Segundo a Secretaria Extraordinária para a COP30, 40 mil m² de tendas estarão montadas, dentro de uma área total de 250 mil m².

No último dia 11 de setembro, o governador do Estado, Helder Barbalho, acompanhou o ministro da Educação, Camilo Santana, em uma visita às obras do Par-

Sustentabilidade

que da Cidade, que se encontravam 99% concluídas. Até a data, mais de 670 mil visitantes já tinham conhecido a área do parque que já foi aberta ao público.

**PARQUES LINEARES
E CANAIS REVITALIZADOS**

As avenidas Visconde de Souza Franco (Doca) e Almirante Tamandaré ganham novo desenho urbano, inspirado no conceito de parques lineares. O projeto inclui drenagem, paisagismo, ciclovias, passarelas e áreas de convivência.

Na Doca, já é possível ver parte da transformação: quiosques, bancos e ciclovias foram entregues no trecho entre as ruas Bernal do Couto/O de Almeida e Diogo Mória/Antônio Barreto. O projeto contempla ainda jardins filtrantes para tratamento da água do canal e o plantio de 180 árvores. No início de setembro, as obras do Parque Linear da Nova Doca alcançaram 98% de execução.

Na Tamandaré, as obras, com 94% de execução, abrangem 1,4 km de extensão do canal e preveem novas passarelas, áreas de lazer, quiosques, playground, academia ao ar livre e até uma passarela em balanço sobre o canal.

Ainda na Tamandaré, está sendo construído o novo Terminal Hidroviário Turístico, que será um dos principais pontos de partida para o turismo rumo às ilhas do entorno de Belém. O novo terminal, com capacidade para atender até 500 passageiros por dia, terá dois pavimentos climatizados, mirante, cobertura para embarque e desembarque, elevador, oito banheiros, 12 salas administrativas, duas lojas, restaurante/lanchonete e estacionamento. O projeto ainda inclui sistema de energia solar e monitoramento por câmeras. As obras seguem em andamento e já se encontram 77% realizadas.

Além desses eixos, já foram concluídas intervenções nos canais do Timbó, Cipriano Santos, Vileta e Leal Moreira.

**PORTO FUTURO II:
ECONOMIA CRIATIVA
À BEIRA-RIO**

Outro destaque é a revitalização da área portuária com a criação do Porto Futuro II, que ocupará uma área total de 50 mil m². O espaço reunirá turismo, lazer, gas-



NOVA DOCA FOTO: LEONARDO MACÉDO / ASCOM SEOP

tronomia e cultura, além de abrigar o futuro Museu das Amazôniaas, o Parque de Bioeconomia e Inovação, a Caixa Cultural e o Porto Gastronômico. Com as obras em fase final, com 98% de execução, a entrega do complexo está prevista para o mês de outubro.

MOBILIDADE URBANA

No campo da mobilidade, o BRT Metropolitano é a obra de maior impacto. Com 90% de execução, o sistema vai modernizar o transporte coletivo ao longo da BR-316 até Marituba, incluindo 13 estações e 13 passarelas. A expectativa é que ele entre na fase de operação assistida em outubro.

Quando estiver em pleno funcionamento, o sistema irá operar com 265 ônibus novos, sendo 40 elétricos, equipados com ar-condicionado e Wi-Fi, beneficiando usuários do transporte coletivo de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Izabel

do Pará e Castanhal. No início deste mês, o governador Helder Barbalho anunciou que o sistema do BRT Metropolitano vai permitir que moradores de Castanhal se desloquem até Belém pagando uma passagem única, no valor de R\$ 4,60.

Outros projetos em andamento são a duplicação da Rua da Marinha, a nova ponte para Outeiro e a construção de viadutos – três já entregues e um em fase final na Mário Covas.

LEGADO EM CONSTRUÇÃO

Com as obras espalhadas por diferentes pontos da capital, Belém se prepara para receber líderes mundiais, ativistas e pesquisadores em um dos encontros mais decisivos sobre a crise climática. Mais do que uma adequação para sediar a COP30, as intervenções buscam redefinir a infraestrutura urbana da cidade, deixando benefícios que devem se estender muito além do evento.



PARQUE DA CIDADE

FOTO: AUGUSTO MIRANDA / AG. PARÁ

Ciência e saberes tradicionais em defesa do clima

A missão de buscar soluções para a limitação do aquecimento global passa pelos caminhos apontados pela ciência. Embasada na pesquisa, a ciência tem papel fundamental não apenas para se compreender o cenário atual e as urgências impostas por ele, como também para contribuir com o desenvolvimento de soluções para as questões climáticas vivenciadas na Amazônia. No contexto em que a Conferência da ONU sobre mudanças climáticas é realizada pela primeira vez em um território amazônico, fica a certeza de que há uma oportunidade enorme de aproveitar um legado que também vem da ciência e dos saberes desenvolvidos pelas populações tradicionais que vivem na região.

Para a Comissão Executiva do 'Movimento Ciência e Vozes da Amazônia na COP 30', organizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em conjunto com outras instituições de ensino e pesquisa da região e apoio de organizações da sociedade civil, há muitas maneiras de se pensar a visibilidade e o protagonismo da Amazônia com a realização da COP30 em Belém. E uma delas é refletir sobre a oportunidade que o mundo ganha diante deste cenário. "No contexto climático, podemos dizer que é neste território de diversidades e contradições que se encontra a maior floresta tropical da Terra, com povos indígenas, comunidades tradicionais e camponeses manejando recursos fundamentais à vida e ao equilíbrio climático global a partir de saberes e práticas ancestrais", lembra a comissão. "Podemos destacar os rios e cursos d'água, que geram alimento e processos ecológicos, mas também é possível destacar a biodiversidade que apresenta uma



Visibilidade e protagonismo amazônico: UFPA no 'Movimento Ciência e Vozes da Amazônia'

FOTO: ARQUIVO ASCOM / UFPA

riqueza de espécies incomensurável, se pensarmos de forma comparativa com outros países ao redor do mundo".

A comissão lembra que é exatamente neste território gigantesco que as comunidades cuidam dos sistemas complexos de modo a suprir suas necessidades cotidianas, sem devastar a natureza. É neste território, portanto, que estão saberes, cosmovisões, práticas ancestrais e relações complexas com a floresta que mostram ao mundo formas de uso sustentáveis da natureza. "É do chão, dos modos de vida e das cosmologias dos povos da Amazônia que podemos abstrair, em profundo diálogo com a academia e a ciência nela produzida, as lições mais apropriadas para a mudança de rumos de parte significativa da humanidade, que enxerga na natureza apenas o capital. Os chefes de Estado e gestores mundiais deveriam se valer desse legado".

Em meio a todos esses saberes e dian-

te de desafios impostos por formas mais agressivas de exploração que ainda sobrepõem no território, a ciência produzida na Amazônia é de alto nível, com métodos, técnicas e inteligência de ponta, ainda que pouco valorizada, a considerar, inclusive, as assimetrias entre o Norte e o Sul Global. Neste sentido, a realização da conferência na Amazônia pode abrir um cenário de novas oportunidades para o mundo conhecer e reconhecer essa excelência. "A COP pode ser interessante para que o mundo olhe mais e valorize, inclusive com a incidência de mais recursos, este território cujas populações da floresta e academia da região têm contribuições de alto nível científico e ancestral a oferecer, claro, em colaboração com a ciência também elaborada noutros contextos territoriais e socioculturais do mundo", aponta a Comissão Executiva do 'Movimento Ciência e Vozes da Amazônia na COP 30'.

Agenda verde em movimento

A realização da 30ª Conferência do Clima da ONU (COP30) em Belém representa um marco para a mobilização de recursos internacionais, para a visibilidade da Amazônia diante do mundo e para a união de esforços globais por metas ambientais ambiciosas. E neste cenário, o Banco da Amazônia têm um papel estratégico para converter a oportunidade da COP30 em transformações concretas e permanentes para a região.

Reconhecido como o maior agente de fomento do desenvolvimento sustentável da Amazônia, o Banco da Amazônia vem articulando suas operações para garantir que o legado pós-COP30 se consolide em ações duradouras. Neste sentido, para a Gerente Executiva de Sustentabilidade do Banco da Amazônia, Samara Farias, a COP30 representa uma oportunidade histórica para a Amazônia e para o Brasil. “O Banco da Amazônia tem um papel central nesse processo, pois já atua como o maior agente de fomento do desenvolvimento sustentável da região. Estamos articulando nossas linhas de crédito e investimentos para ampliar o financiamento a projetos que conciliam crescimento econômico e conservação ambiental, como sociobioeconomia, energia limpa, restauração florestal, crédito de carbono e inovação tecnológica”.

Samara aponta que, mais do que um agente mobilizador de recursos financeiros, o Banco atua como catalisador de parcerias estratégicas que fortalecem a bioeconomia e estimulam cadeias produtivas sustentáveis, o que permite que os impactos positivos da COP30 se traduzam em benefícios concretos e permanentes para a população amazônica.

Para assegurar que o legado da COP30 seja efetivo e profundo, portanto, o Banco da Amazônia contribui diretamente com a adoção de políticas de financiamento verde, instrumentos inovadores de crédito sustentável e apoio direto a negócios



Samara Farias: Banco da Amazônia reforça protagonismo na transição ecológica da região

FOTO: ARQUIVO ASCOM / UFPA

que promovam a regeneração da floresta e, simultaneamente, gerem inclusão social. “Nosso compromisso é ampliar a oferta de recursos de longo prazo para projetos estruturantes, investir em soluções digitais que conectem comunidades e mercados e reforçar a governança socioambiental nas operações do Banco”, enumera Samara. “Assim, buscamos deixar como marca não apenas o apoio financeiro, mas também a transformação de práticas produtivas em toda a região, fortalecendo uma economia regenerativa e inclusiva”.

COP30

Como parte dessa estratégia, a atuação do Banco da Amazônia durante a COP30, em Belém, intensificará uma presença já consolidada em edições anteriores da Conferência do Clima da ONU, como foi

o caso da COP28 e da COP29, nas quais a instituição se fez presente, acumulando expertise e expandindo seu protagonismo nos temas de bioeconomia e finanças sustentáveis.

Durante a COP30, o objetivo principal será ampliar o diálogo com organismos internacionais, fundos climáticos e investidores que compartilham o interesse na agenda de sustentabilidade da Amazônia. “Atuaremos como ponte entre a região e o mundo, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento, inovação e preservação ambiental”, pontua. “Além disso, vamos apresentar casos de sucesso e novas estratégias de financiamento verde, reafirmando o compromisso do Banco em ser um agente decisivo para que a Amazônia lidere a transição para uma economia de baixo carbono”, conclui a gerente executiva do Banco da Amazônia.

Compromissos precisam ser transformados em ação

A menos de 50 dias da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), líderes globais se reuniram na Semana do Clima de Nova York, entre 21 e 28 de setembro. Durante a abertura, o presidente da COP30, André Corrêa do Lago, e o secretário-executivo da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Simon Stiell, reforçaram o papel mobilizador da conferência, destacando que seu principal legado deve ser a implementação efetiva dos acordos já assumidos.

Com a COP30 no centro da atenção internacional, a conferência que será realizada em Belém foi definida como um ponto de virada, tanto para acelerar a ação climática, quanto para indicar os caminhos para viabilizar US\$ 1,3 trilhão em financiamento climático.

Durante a cerimônia, Corrêa do Lago apresentou o conceito de “mutirão” como inspiração da presidência brasileira, ressaltando o envolvimento coletivo e a independência de cada país. “A ideia do mutirão é de que todos podem fazer algo, dentro de suas capacidades, desde que saibam para onde estão indo e sigam com independência”, explicou. Ele também destacou o simbolismo de sediar a COP na Amazônia, onde universidades locais apresentaram um documento com soluções para as 30 prioridades da Agenda de Ação da conferência.

Simon Stiell afirmou que a COP30 será o momento de avaliar o progresso desde o Acordo de Paris e de apresentar o chamado roteiro Baku-Belém, documento que detalha como chegar à mobilização de 1,3 trilhão de dólares em apoio financeiro aos países em



André Corrêa do Lago e Simon Stiell na Semana do Clima de Nova York

FOTO: DIVULGAÇÃO

desenvolvimento. Segundo ele, embora COPs anteriores tenham avançado pouco nesse ponto, agora as condições estão dadas: “Temos as ferramentas, as tecnologias, sabemos o que precisa ser feito, como precisa ser feito, quem precisa fazer e quando”.

Sobre as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), Stiell lembrou que os países têm até o fim de setembro para submeter suas novas

metas climáticas, que indicarão o nível de compromisso dos governos para aproximar o aquecimento global da marca de 1,5°C. “Sabemos que as NDCs serão mais brandas do que a ciência determina. O foco quando chegarmos a Belém não será o que os países apresentaram, mas como responderão a essas propostas. E a principal resposta é acelerar a implementação. Simplesmente fazer acontecer”, concluiu.

GIRO

PRODUTOR
RURAL

De uma ponta
a outra do **seu**
negócio, conte
com a gente pra
girar o **seu sucesso**.

Todo produtor rural sabe: pra crescer, é preciso ter fôlego financeiro. E **com o Banco da Amazônia, você tem o crédito** que precisa para cuidar do dia a dia e respirar tranquilo pra continuar investindo no futuro. Deixe o nosso capital de giro trabalhar pelo seu negócio. Conheça o **Crédito Giro Produtor Rural: rápido, sem burocracia e com as melhores taxas pra você.**

Acesse e
saiba mais.



 banco da
amazônia

Sonhar. Mover. Impactar.

SEBRAE
COP 30

A força do Empreendedor brasileiro



O mundo está de olho no futuro que será apresentado na COP30. Para nós, esse futuro já tem nome: **é o pequeno produtor, o artesão, a microempresária.** É a força de quem inova, preserva e gera riqueza de forma sustentável.

Nossa missão é preparar e fortalecer esses negócios para que eles brilhem neste e em todos os outros momentos.

@sebraepa
0800 570 0800

